

APRESENTAÇÃO: A CULTURA, A LOCALIDADE E AS REDES

Sidney Lobato*

O segundo número da revista *Fronteiras & Debates* lança luzes sobre temas variados, que nos instigam a refletir sobre algumas das transformações que recentemente ocorreram nas Ciências Sociais e sobre seus pressupostos e desdobramentos teóricos e metodológicos. Este é um número vigorosamente interdisciplinar, que, portanto, nos afasta de qualquer forma mais rígida ou ortodoxa da *operação historiográfica* (CERTEAU, 1976). Aliás, foi sobretudo a força das interações interdisciplinares que fez com que a História sofresse profundas e rápidas metamorfoses ao longo do último século. A fragmentação do conhecimento histórico, a multiplicação dos objetos de estudo, a refinada especialização do novo historiador, confluíram para a recusa dos modelos totalizantes – a velha narrativa nacional e as descrições estruturalistas (REIS, 2000).

No campo dos estudos culturais, nas últimas décadas, a *história das mentalidades* foi percebida como tributária do estruturalismo antropológico. A *nova história cultural* se apresentou como um movimento de reação contra a noção de *mentalité*. Robert Darnton criticou a falta de clareza e coerência na definição e aplicação deste conceito, que levava à busca infinita de novos temas. Darnton asseverou que uma nova história cultural não poderia definir-se apenas em termos de temas de pesquisa, pois deveria desenvolver um senso de coesão e integração. Todavia, este autor não indicou um caminho pelo qual fosse possível atingir este senso. Segundo Hunt, diferentemente de Darnton, Chartier e Revel “foram além das *mentalités*, com o objetivo de questionar os métodos e objetivos da história em geral” (HUNT, 2001, p. 13 e 25).

A proposta de Roger Chartier para uma *nova história cultural* pressupõe a superação da ideia de cultura como terceiro nível. Para ele, o cultural não é uma instância da realidade situada acima do econômico e do social, pois “as relações econômicas ou sociais, se organizam de acordo com lógicas que põem em jogo, em acto, os esquemas de percepção e de apreciação dos diferentes sujeitos sociais”. Roger Chartier explica a esclerose da *história das mentalidades* na França, evidenciando a

* Professor dos Cursos de História da Universidade Federal do Amapá (Unifap). Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutorando em História na École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess-Paris).

cegueira de seus representantes em relação aos avanços no tratamento das problemáticas da *história intelectual*. Os limites do método dos historiadores do mental são expostos: as contagens das palavras, dos títulos, dos motivos são incapazes de apreender os significados complexos e contraditórios dos pensamentos coletivos. A quantificação aplicada ao estudo da cultura negligenciava a relação que os agentes sociais mantinham com os objetos culturais. A abordagem do cultural deveria ser sensível às desigualdades nas apropriações de materiais ou práticas comuns (CHARTIER, 1990, p. 47-50 e 66).

Os cientistas sociais estão cada vez mais interessados em compreender as circularidades culturais. Inicialmente, o enfoque recaiu sobre as circularidades verticais, entre cultura popular e erudita. Porém, mais recentemente, tem crescido o interesse pelas circularidades horizontais. Por exemplo, novos estudos têm focado as interações entre povos indígenas e comunidades quilombolas do continente americano, do período colonial até o presente (GOMES, 2005; RESTALL, 2005). Esses intercâmbios e ressignificações são possíveis graças à porosidade das fronteiras simbólicas e às redes que põem em contato diferentes localidades. Os dois primeiros textos do dossiê *Cultura local: entre o aquém e o além fronteiras* – que este número de *Fronteiras & Debates* traz a lume – abordam processos atuais de relações interculturais. Naine Terena de Jesus, Katia Morosov Alonso e Cristiano Maciel, no artigo “Presença indígena no Facebook e a construção de narrativas”, procuram compreender as formas de auto representação de povos indígenas do Mato Grosso, analisando perfis, grupos e páginas publicados na Internet. Os autores afirmam existir nas narrativas analisadas um foco na militância em torno dos desafios enfrentados cotidianamente pelos indígenas. Uma vez que as redes sociais digitais são utilizadas para se posicionar e colocar informações, a geografia contingente (a distância ou o isolamento) deixa de ser um fator absoluto de coerção.

No artigo “O conceito de cultura: entre ilhas e fronteiras”, Gustavo Villela problematiza as definições antropológicas de cultura. O autor analisou duas localidades com condições de interação social bastante distintas: a praia do Aventureiro, na Ilha Grande (no Rio de Janeiro, entre 2002 e 2008) e a fronteira Brasil-Bolívia (as cidades de Corumbá e Puerto Quijarro, entre 2009 e 2015). Ou seja: “um lugar em relativo isolamento, com um grupo pequeno e homogêneo, e uma região com constante fluxo de pessoas e mercadorias, em um cenário de forte alteridade”. Confrontando seus dois estudos etnográficos, Villela realiza aquilo que Bruno Latour chamou de *antropologia comparada* (LATOUR, 2012, p. 29). Daí ele extrai as evidências que mobiliza para

refutar concepções essencialistas e estanques de cultura. Em outras palavras, examinando as transformações nos modos de existência das sociedades estudadas, o autor pôde inferir que as práticas culturais “são ressignificados simbolicamente em novos contextos, ao mesmo tempo em que permitem a própria mudança, ao garantir a sobrevivência” e que os limites nacionais não imobilizam as pessoas, mas são atravessados por elas. Disto se desprende a noção de culturas em fluxo, em constante reinvenção.

Portanto, estes dois primeiros textos nos ajudam a melhor perceber e compreender como as redes sociais (com seus fixos e fluxos) vivificam e transformam as culturas locais. Assim, estas não podem ser vistas como completamente isoladas e “frias” (imóveis). Além disso, não podemos deduzir, a partir das desigualdades de poder que condicionam os contatos culturais, que estes forçosamente resultem em aniquilamentos simbólicos ou em “aculturações”. A noção de rede nos possibilita integrar as culturas locais numa totalidade sem que suas especificidades sejam aí diluídas. As localidades podem ser estudadas nas suas variadas formas de conexão umas com as outras: fluxos de ideias, de pessoas, de objetos, etc., mas, outras questões se impõem. A localização ou a distribuição das sociedades no espaço é uma delas. Onde? E por que neste lugar? São perguntas que não devem ser ignoradas pelo cientista social. Ademais, longe estamos do determinismo geográfico, que foi gradualmente substituído pelo possibilismo lablacheano, ao longo do século XX (BAKER, 2003, p. 18-24).

O artigo de Anna Maria Costa, intitulado “Aldeia Sowante: exploração, colonialismo e reconquista territorial”, nos lembra que o espaço é algo socialmente construído. A autora analisa a relação entre os processos de (re)territorialização e (re)construção da identidade indígena. A partir de observações, de entrevistas e de pesquisa documental, Costa buscou identificar as razões que levaram os Nambiquara a deixar a Terra Indígena Pyreneus de Souza para retornar às terras de ocupação tradicional ao sul da Terra Indígena Parque do Aripuanã. Segundo ela, a experiência de contato com os não índios (permeada pela servidão, pela expropriação e pelos deslocamentos forçados) ocasionou uma mudança significativa no modo de vida dos Nambiquara. O aumento das tensões internas, o esgotamento do solo, a diminuição das matas ciliares e dos recursos naturais destinados à sobrevivência humana foram identificados como os motivos pelos quais os grupos Nambiquara da Terra Indígena Pyreneus de Souza retornaram às antigas aldeias, ao sul do Parque do Aripuanã, um território vizinho ao dos Cinta Larga, seus inimigos tradicionais.

Anna Maria Costa, assim, reforça em nós a sensibilidade espacial, na medida em que chama nossa atenção para o fato de que cada sociedade possui uma localização específica no espaço. Sendo esta mesma uma construção social, portanto cultural e histórica. Por outro lado, Ian Gregory e Paul Ell nos lembram que o *local* é sempre socialmente subdivisível e que estudos que se ocupam das unidades menores do espaço habitado nos ajudam a compreender as diversas formas de relacionamento entre as pessoas, bem como entre essas e o meio ambiente (GREGORY e ELL, 2007, p. 5). É o caso dos artigos de Aderli Goes Tavares, Denise Machado Cardoso e Samuel Maria Amorin e Sá, intitulado “Paisagem e dinâmicas urbanas: memórias sobre o Hospital Barros Barreto”, e de Celeida Maria Costa de Souza e Silva, “Organização pedagógica, administrativa e práticas escolares em uma instituição salesiana de Mato Grosso do Sul (1972-1987)”.

“Paisagem e dinâmicas urbanas: memórias sobre o Hospital Barros Barreto” aborda a importância do Hospital João de Barros Barreto (HUJBB) na elaboração de narrativas acerca do bairro do Guamá, no município de Belém (estado do Pará), explorando entrevistas, documentos oficiais e anotações feitas a partir da observação do cotidiano hospitalar. Os autores perceberam que a ideia de morte era central nas memórias dos moradores do bairro. As lembranças frequentemente ligavam o Hospital Barros Barreto ao Cemitério de Santa Izabel, relacionando ambos ao adoecimento e ao risco de não se obter êxito na busca pela saúde. De acordo com este artigo, os limites entre saúde e doença, vida e morte e centro e periferia da cidade apresentavam-se de modo tênue, ou como fronteiras “borradas”, nas quais quase não se percebia onde acabava um e começava outro. As experiências liminares de adoecimento e morte reforçavam a representação do lugar como bairro periférico. Esta imagem era igualmente vivificada pela percepção do HUJBB enquanto “cuidador dos pobres”. Os moradores criavam, assim, um mapa mental que era informado por uma cartografia simbólica. Mas, os autores também destacam que esta cartografia foi nuançada e alterada, uma vez que o Guamá foi gradualmente sendo dotado de serviços e estruturas urbanas e que o Barros Barreto foi se transformando em um grande e multifacetado centro de reabilitação.

O artigo de Celeida Maria Costa de Souza e Silva completa o dossiê. Este estudo utiliza a categoria *cultura escolar* como aporte para entender a organização pedagógica do Colégio Salesiano Santa Teresa (localizado em Corumbá, no estado de Mato Grosso do Sul). Compulsando e analisando um repertório variado de fontes (regimento interno,

calendário escolar, livro de ocorrência, ofícios, comunicações internas, decretos e entrevistas semiestruturadas), a autora pôde ultrapassar as limitações da abordagem macroestrutural, que percebe a escola como uma instituição social e política, mas pouco problematiza o cotidiano dela. A autora argumenta que a reunião em um mesmo espaço escolar de dois sistemas diferentes (o público e o particular-confessional) – em decorrência de um convênio entre o governo estadual e a missão salesiana – e a mistura da “marca salesiana” (diretrizes pedagógicas religiosas) com a escola pública geraram uma crise de identidade entre docentes, demais funcionários e discentes.

Na sessão de artigos livres, este número da *Fronteiras & Debates* apresenta textos nos quais as práticas culturais, os discursos historiográficos e as abordagens interdisciplinares estão vigorosamente presentes. Em “História indígena, Antropologia e historiografia: perspectivas e desafios aos ofícios do historiador em fronteiras disciplinares”, Giovani José da Silva enfoca a produção historiográfica a respeito de populações indígenas do Mato Grosso do Sul, procurando perceber quais foram as linhas teóricas e metodológicas mais adotadas, os grupos étnicos pesquisados e os temas que aparecem com maior frequência e relevância. Para tanto, o autor reúne e examina balanços historiográficos, teses de doutorado e dissertações de mestrado. José da Silva aponta que, nos últimos anos, a implantação e a expansão de programas de pós-graduação nas universidades da região Centro-Oeste do Brasil tiveram como um de seus resultados o expressivo aumento do número de trabalhos acadêmicos a respeito de sociedades indígenas que habitam o Mato Grosso do Sul. O autor empreende então uma meta-análise dessa crescente produção, a fim de contribuir para o seu avanço qualitativo. Ele aponta, por exemplo, para a necessidade de uma maior familiarização dos historiadores que estudam os povos indígenas com os meandros metodológicos da História Oral e do trabalho de campo etnográfico.

José Petrúcio de Farias Júnior, no seu artigo “Mito e História na Antiguidade tardia: um estudo a partir de Sinésio de Cirene em *De regno*”, adota uma metodologia comparativa para evidenciar continuidades e descontinuidades na relação entre mito e História nos escritos antigos. Segundo o autor, enquanto Heródoto e Tucídides, preocupados com a legitimação do discurso histórico (que atendia às necessidades ou exigências do cenário político do séc. V a.C.), rechaçavam o *mythos* por considerá-lo uma “ilusão, sedução enganadora, narrativa enganadora, opinião sem fundamento”, Sinésio não ocultava o uso da mitologia grega. Pelo contrário: deuses, musas e heróis eram apresentados explicitamente no corpo do texto cirenaico. Assim, argumenta Farias

Júnior, para Sinésio de Cirene, o mito era um conhecimento que aspirava à *alétheia* (equivalente a ‘verdade’ em nossa língua), o qual se integrava ao *lógos*, mais precisamente à sua estrutura argumentativa.

No artigo “O conceito representação e sua contribuição à análise do *Jornal Sem Terra*”, Fabiano Coelho procura compreender como o conceito de *representação* pode nos ajudar a aprimorar a análise dos discursos produzidos nos periódicos. Ao longo do texto, o autor esclarece alguns dos pressupostos teóricos e procedimentos metodológicos que frequentemente fazem parte da pesquisa com jornais. Mobilizando a definição de *representação* de Pierre Bourdieu e Roger Chartier, Coelho afirma que os sujeitos – bem como os grupos sociais aos quais eles pertencem – criam modos de percepção de si e do mundo, que são frequentemente veiculados pela imprensa. Para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), enfocado pelo autor, o *Jornal Sem Terra* tornou-se um importante instrumento político nas “lutas de representações”. Fabiano Coelho argumenta então que analisar como tais lutas são travadas por meio da imprensa torna possível compreender como o movimento pensa e fundamenta seu mundo.

David Souza Góes, no artigo “Circulação de garimpeiros brasileiros na fronteira Oiapoque-Guiana Francesa: uma etnografia de vivências em conflitos”, analisa os efeitos da circulação de garimpeiros na dinâmica social da cidade de Oiapoque, lançando luzes sobre os desafios que a repressão institucionalizada na fronteira entre o Amapá e a Guiana francesa impõe a esses trabalhadores. O autor afirma que a falta de oportunidades de inserção no mercado de trabalho, desencadeia um deslocamento de brasileiros para áreas de maior dinamismo econômico. Por isso, movimentos internos podem desdobrar-se em migrações internacionais. A garimpagem gera um vultoso capital que circula entre as comunidades brasileiras e francesas (um volume de recursos estimado em € 90.000,00 por mês). Assim, afirma Souza Góes, o rio Oiapoque – um limite internacional – acaba por se tornar “uma membrana que acolhe interpenetrações entre vivências”.

A resenha “As representações de Amazônia nas obras de Euclides da Cunha e José Eustasio Rivera”, de Carmentilla Martins, nos apresenta uma análise do livro *La Vorágine de Euclides da Cunha*, de Freddy Orlando Espinoza Cárdenas. Este estudo comparativo dos escritos de Euclides e Rivera nos permite, segundo a autora, entrever a necessidade de investigação e imaginação, de História e Literatura, no esforço de compreensão da realidade amazônica.

Como podemos perceber, o segundo número da revista *Fronteiras & Debates* fortalece o propósito maior deste ainda jovem periódico: fazer avançar os debates disciplinares e interdisciplinares sobre a experiência do homem no tempo e no espaço. Certamente, por meio do contato direto com os trabalhos aqui apresentados, será possível descortinar uma plêiade de ideias muito maior e mais diversificada do a que esboçamos nesta apresentação. A todos, uma muito proveitosa leitura.

Referências

- BAKER, Alan R. H. 2003. *Geography and History: bridging the divide*. Cambridge: Cambridge Press, 281p.
- CERTEAU, Michel. 1976. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (orgs.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 240p.
- CHARTIER, Roger. 1990. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 244p.
- GOMES, Flávio dos Santos. 2005. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Unesp, 464p.
- GREGORY, Ian N.; ELL, Paul S. 2007. *Historical GIS: technologies, methodologies and scholarship*. Cambridge: Cambridge Press, 221p.
- HUNT, Lynn. 2001. *A nova história cultural*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 318p.
- LATOUR, Bruno. 2012. *Enquête sur les modes d'existence: une anthropologie des Modernes*. Paris: La Découverte, 498p.
- REIS, José Carlos. 2000. *Escola dos Annales – a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra, 200p.
- RESTALL, Matthew (Ed.). 2005. *Beyond black and red: African-native relations in colonial Latin America*. New Mexico: New Mexico University, 303p.